

HABEAS CORPUS Nº 548.485 - SP (2019/0356500-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : JACQUELINE TERCENCIO
ADVOGADA : JACQUELINE TERCENCIO - SP134724
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : CORRADINO DI CREDICO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de CORRADINO DI CREDICO contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, proferido no Agravo em Execução n. 9001484-77.2019.8.26.0050, assim ementado (fl. 7):

Agravo em Execução Penal da Defesa - Falta grave apurada em sindicância, consistente na desobediência às regras da unidade prisional - Depoimentos harmônicos dos servidores públicos - Confissão do agravante - Impossibilidade de desclassificação para falta disciplinar de natureza média - Artigo 50, inciso VI, da LEP - Perda de 1/3 dos dias remidos - Consequência legal da prática de falta grave - Recurso de agravo em execução desprovido.

No presente *writ*, o impetrante alega que *não pode ser imputado ao paciente a responsabilidade pela falta grave diante do número de detentos que ocupavam a mesma cela. Acrescenta que não há comprovação de que a ligação artesanal funcionava e que não foi apreendido nenhum aparelho celular. Por fim, argumenta que "o fato de o réu ter confessado responsabilidade quando ouvido, por si só, não é prova irrefutável de sua responsabilidade, conforme dispõe o artigo 197, do Código de Processo Penal"* (fl. 4).

Requer, assim, a concessão da ordem para afastar a falta grave aplicada ao paciente.

É o relatório.

Decido.

Não há como dar seguimento ao pedido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração sequer deveria ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ.

Além disso, no que diz respeito ao pleito de absolvição ou desclassificação da falta disciplinar, verifica-se que as instâncias ordinárias, mediante análise exauriente dos elementos colhidos na instrução processual administrativa, afirmaram a ocorrência de falta grave praticada pelo paciente. Desconstituir tais conclusões demandaria o aprofundado revolvimento fático-probatório, procedimento vedado na via estreita do *habeas corpus*.

Nesse sentido:

EXECUÇÃO PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. DESOBEDIÊNCIA AOS AGENTES PENITENCIÁRIOS. SUBVERSÃO DA ORDEM E DISCIPLINA CARCERÁRIAS. ART. 50, I e VI, C/C O ART. 39, II e V, AMBOS DA LEP. FALTA GRAVE. CARACTERIZAÇÃO. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. ALTERAÇÃO DA DATA-BASE PARA PROGRESSÃO DE REGIME. PERDA DOS DIAS REMIDOS NO PERCENTUAL MÁXIMO. INEXISTÊNCIA DE CONSTRANGIMENTO ILEGAL.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

(...)

4. Impende ressaltar que o habeas corpus não é a via adequada para apreciar o pedido de absolvição da falta grave, tendo em vista que, para se desconstituir o decidido pelas instâncias ordinárias, mostra-se necessário o reexame aprofundado dos fatos e provas constantes dos autos da execução, procedimento vedado pelos estreitos limites do remédio heróico, caracterizado pelo rito célere e por não admitir dilação probatória.

5. A Terceira Seção desta Corte, no julgamento do REsp representativo de controvérsia n. 1.364.192/RS, da relatoria do Min. SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, em sessão de julgamento realizada no dia 12/2/2014, por unanimidade, deu parcial provimento ao recurso especial para, em razão da prática de falta grave, considerar interrompido o prazo tão somente para a progressão de regime.

6. Por fim, na espécie, o Tribunal a quo determinou a perda de 1/3 dos dias remidos de forma fundamentada - considerando a

gravidade da falta e suas consequências -, não havendo como reconhecer o apontado constrangimento ilegal.

7. Habeas corpus não conhecido. (HC 424.039/RS, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, DJe 18/12/2017)

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. EXECUÇÃO PENAL. FALTA GRAVE. MÉRITO. REVOLVIMENTO FÁTICO-PROBATÓRIO. NULIDADE DA SINDICÂNCIA. PRECLUSÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. OITIVA JUDICIAL. PRESCINDIBILIDADE. REGRESSÃO DE REGIME NÃO DECLARADA NO CASO CONCRETO. CONECTÁRIOS LEGAIS. PERDA DE 1/3 (UM TERÇO) DOS DIAS REMIDOS. FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

I - A Terceira Seção desta Corte, nos termos do entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, sedimentou orientação no sentido de não admitir habeas corpus substitutivo de recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem, de ofício.

II - Desconstituir o entendimento firmado pelas instâncias originárias para afastar ou desclassificar a falta grave que foi imputada ao paciente, não se verificando ilegalidade manifesta, demandaria amplo revolvimento da matéria fático-probatória, procedimento incompatível com a via estreita do habeas corpus. Precedentes.

(...)

Habeas corpus não conhecido (HC 498.827/SP, Rel. Ministro FELIX FISCHER, QUINTA TURMA, DJe 20/05/2019)

Ante todo o exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator